## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Célio Studart)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes possuírem equipamento de castração e atendimento de animais denominado de "Castramóvel" e dá outras providências.

## O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** É obrigatório, em todos os Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, no território nacional, a existência de um equipamento de castração e atendimento de animais denominado de "Castramóvel", devidamente equipado para esses fins, com a presença de profissionais habilitados para operar suas necessidades.
- **Art. 2º** Para fins de cumprimento do disposto no art. 1º, é necessária a contratação, por parte dos entes municipais, de profissionais veterinários habilitados, além de motoristas e quaisquer outros profissionais necessários para a boa operação dos Castramóveis.
- **Art. 3º** A União deverá destinar recursos para a aquisição dos Castramóveis para os Municípios, através de recursos do Ministério da Saúde, reconhecendo-se os custos com saúde animal como custos também relevantes para a saúde pública, tendo em vista que o cuidado com os animais ajuda na prevenção das zoonoses.
- **Art. 4º** A União deverá adotar regime de destinação facilitada dos recursos para a aquisição de Castramóveis e também de insumos para o bom funcionamento dos mesmos.
- **Art. 5º** Será incentivada também a construção de Hospitais Públicos Veterinários nas maiores aglomerações populacionais, também através de recursos advindos do Ministério da Saúde.
- **Art.** 6º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.
- Art. 7º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua fiel execução.
- Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Conforme o previsto no artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Cumpre esclarecer que desde a segunda metade do século XX a luta pelo bem-estar animal atingiu grandes proporções, algo que contribuiu para a composição de inúmeros movimentos populares em prol da defesa dos animais.

Ressalte-se que a população de animais abandonados tem crescido no Brasil. Estima-se que o Brasil possua mais de 30 (trinta) milhões de animais abandonados, um número demasiadamente elevado. São necessárias políticas públicas para que esse número de animais abandonados não continue a crescer, e a grande política para diminuir o crescimento populacional dos animais abandonados é a castração.

Os animais que estão nas ruas ficam sujeitos a todo tipo de intempérie, contrária a sua dignidade, como é o caso de atropelamentos, maus tratos e até mesmo doenças. Muitas dessas doenças se constituem de zoonoses. Portanto, a questão animal também se constitui em uma questão de saúde pública, necessitando de investimentos advindos da área da saúde.

Equipamentos como os "Castramóveis" não necessitam de grandes investimentos para a aquisição, além de terem a vantagem de poder circular por toda uma cidade, realizando atendimentos nos bairros e regiões diversas, promovendo a dignidade dos animais e o atendimento dos animais, especialmente dos tutores de baixa renda, muitos deles que não possuem condições de pagar pelos custos do tratamento desses animais. Além disso, a contratação de Castramóveis irá promover a geração de emprego e renda para o profissionais que trabalham nesses equipamentos, além da economia de

recursos públicos que seriam posteriormente utilizados para tratar as zoonoses advindas da não realização desse trabalho importante de atendimento e prevenção.

Por todo o exposto, requer-se a aprovação pelos Nobres Pares deste Projeto de Lei em análise.

Dep. Célio Studart
PV/CE